



CADERNO INFORMATIVO

ÓRGÃO

DO

SECTOR URBANO DA PRAIA DO PAICV



Comrades.

Tem entre mãos o primeiro número do "Caderno Informativo", órgão do Sector Urbano da Praia do PAICV.

Semear uma iniciativa da Sub-Comissão de Informação e Propaganda da Comissão Preparatória da IV Conferência do SUP e do Departamento de Informação e Agitação do Sector.

De imediato, pretendemos apoiar os debates sobre as questões centrais da vida da capital do País, e divulgar os preparativos da IV Conferência do SUP e do III Congresso do PAICV. Contamos continuar a existir após o Congresso para a propaganda das suas principais decisões e o intercâmbio de experiências entre as estruturas do Sector.

Na linha dos nossos objectivos, inserimos no nosso primeiro número um extracto do relatório do Governo referente ao ano de 1987 e uma comunicação apresentada ao Seminário sobre Questões Económicas realizado pelo BAE do Secretariado do CN, de 16 a 21 de Junho, em S.Vicente. Desta feita é o tema Sector empresarial do Estado. No nosso próximo número contamos apresentar importante documentação sobre o papel do sector privado na economia do país.

Para a divulgação oportuna das actividades a realizar no Sector, em preparação do III Congresso do Partido, contamos com a iniciativa dos Membros da Comissão Preparatória da IV Conferência e, em particular, dos Presidentes das Sub-Comissões. Contamos ainda com a colaboração das Comissões Preparatórias das Conferências de Secção e das Assembleias de Grupo, assim como todos os Membros do Partido no Sector.

Comrades.

O "Caderno Informativo" só cumprirá cabalmente os objectivos para que foi criado se cada Militante e Candidato do Partido no Sector procurar fazer dele um meio privilegiado de construção de consenso.

Assuma pois mais este desafio. Escreva agora mesmo para "Caderno Informativo" - Sector Urbano da Praia do PAICV, Caixa Postal 34".

Toda a colaboração será bem-vinda.

Praia, 27 de Junho de 1988.

-Extracto do relatório do Governo referente ao ano de 1987-

Com base nas informações, de carácter provisório relativas às variáveis mais significativas, é possível extrair na generalidade as seguintes conclusões sobre a actividade desenvolvida pelas empresas públicas em 1987:

a) Crescimento do volume de negócios (vendas de bens e serviços) na generalidade das empresas, em relação a 1986, com excepção da ENACOL, ASA e ANV.

Destacam-se as seguintes que apresentam maior índice de crescimento:

CTT.....	+35,7%
EMEC.....	+26,1%
ENAPOR.....	+22,2%
ENAVI.....	+22,2%
ONAVE.....	+21,6%
ARCA VERDE.....	+11,3%
ELECTRA.....	+10,9%

Constata-se nestes valores um significativo abrandamento do ritmo de crescimento anterior.

b) Quebra das receitas das seguintes empresas:

ANV.....	-22,0%
ASA.....	-16,3%
ENACOL.....	- 0,7%

É de realçar a persistente quebra da ASA decorrente fundamentalmente da redução verificada no número de voos da SAA que utilizam a pista do Aeroporto do Sal.

c) Os resultados líquidos (após provisões para impostos sobre os lucros) patenteiam uma melhoria em diversas empresas comparativamente com o(s) ano(s) anterior(es).

É o caso das seguintes empresas (contos):

	<u>1986</u>	<u>1987</u>
EMPA.....	170.720	187.725
EMPROPAC.....	4.543	17.169
ELECTRA.....	(34.456)	21.292
CTT.....	(80.851)	(24.604)
JUSTINO LOPES...	(14.909)	(8.040)
EMEC.....	(95.431)	9.600

Porém em outras empresas o comportamento foi diverso, como se pode constatar pela seguinte evolução:

	<u>1986</u>	<u>1987</u>
ASA.....	91.950	37.466
ENACOL.....	80.098	29.205
ANV.....	9.116	3.508
SONACOR.....	(1.733)	(3.939)
ENAFOR.....	33.187	9.786

De salientar a espectacular recuperação verificada nas empresas EMEC e ELECTRA passando de uma "tradição" de resultados negativos para um lucro apreciável no exercício de 1987.

d) Os meios libertos pelas empresas (cash-flow bruto) continuam a apresentar um elevado nível, apesar do comportamento menos favorável verificado nos resultados de algumas empresas, que se repercutiram negativamente neste domínio.

e) As despesas com o pessoal da generalidade das empresas apresentam ligeiros acréscimos relativamente ao ano anterior derivados de reajustamentos de categorias e de admissões de pessoal.

Merece destaque a situação da EMEC em que se verificou uma redução das despesas com pessoal derivada de a empresa ter reduzido o seu efectivo em pessoal em 144 trabalhadores por razões de diminuição de actividades. As respectivas despesas de indemnização ascenderam a 9.400 contos, sendo metade deste valor suportado pela empresa e a outra metade pelo Estado.

Também na ANV se verificou uma redução nas despesas com pessoal, o que se explica por algum do seu pessoal afecto à secção aérea ter transitado para os T&CV no âmbito do processo de transferência da secção aérea para esta empresa.

f) Quanto as despesas financeiras, continuam a apresentar elevado peso para as empresas ENACOL, ARCA VERDE, CTT e ASA. Os seus montantes são idênticos aos do ano anterior, excepto no caso da ENACOL em que o seu montante passou de 78.192 contos para 87.248 contos em virtude de maior recurso ao crédito bancário.

Continua a verificar-se a existência de um número significativo de empresas em que esta rúbrica dos custos ainda tem pouca expressão.

g) Relativamente aos investimentos realizados pelas ou para as empresas, o ano de 1987 fica assinalado pela conclusão de importantes obras/projectos cuja realização vinha decorrendo desde o(s) ano(s) anterior(es), de que se referem os seguintes mais significativos:

- Reconstrução e beneficiação do Porto da Praia;
- Melhoramento do Aeroporto Internacional "Amílcar Cabral" da ilha do Sal;
- Extensão e modernização da rede de Telecomunicações;
- Navios mistos de carga e passageiros "Sotavento" e "Barlavento";

Para além destes projectos que foram concluídos, foram realizados outros importantes investimentos por algumas empresas, de que se destacam os seguintes:

- Electrificação da Cidade da Praia - 1ª. fase: com a instalação de um novo grupo gerador e beneficiação e ampliação da rede de iluminação pública;
- Fornecimento de água e electricidade a Sta. Maria na ilha do Sal - 2ª. fase;

- Instalação de caldeira para dessalinizador do Mindelo;
- Construção das Estações de Correios de Santa Catarina e do Sal e remodelação da Estação do Mindelo (início);
- Aquisição de centrais telefónicas automáticas de Vila Ribeira Brava, S. Filipe, Sal Rei e Espargos;
- Aquisição de equipamentos destinados a estação rádio marítima de S. Vicente;
- Aquisição de equipamentos para melhoria dos sistemas de transmissão e ligação inter-ilhas e localidades (Boavista, Brava, Praia, etc.);

O valor de investimentos mais significativos efectuados pelas empresas (1) em 1987 foram os seguintes:

ARCA VERDE.....	623.274	contos
EMPA.....	124.734	"
ELECTRA.....	276.259	"
CTT.....	115.654	"
ASA.....	86.991	"
ENACOL.....	45.125	"
ENAPOR.....	39.162	"

(1) Não estão incluídos os investimentos do PORTO da Praia e do Aeroporto do Sal por ainda não ter sido feita a integração destes valores no património das respectivas empresas.-

(S.VICENTE, 16-21 DE JUNHO DE 1988)

-Extracto da comunicação apresentada ao Seminário pelo Dr. Neves Martins, Coordenador da equipa do GAE do Ministério das Finanças-

1. O QUE É O SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

De um modo geral considera-se Sector Empresarial do Estado (SEE) o conjunto de empresas em que o Estado detem a totalidade ou a maioria dos respectivos capitais (capital estatutário nas empresas públicas ou capital social no caso das sociedades).

Este conjunto de entidades produtoras de bens e serviços organizadas sob a forma empresarial, engloba basicamente os seguintes tipos de empresas:

- Empresas em que a totalidade do capital e da propriedade pública: são as denominadas Empresas Públicas e as Sociedades de Capitais Públicos;
- Empresas Mistas, associando capitais públicos e privados. Neste grupo é habitual considerar como pertencendo ao SEE apenas aquelas em que a maioria do Capital pertence ao Estado, directa ou indirectamente, isto é, por si próprio ou por intermédio de outras entidades públicas (empresas públicas, autarquias locais, etc.).

Podemos ainda considerar como pertencentes ao Sector Empresarial do Estado um conjunto de outras entidades existentes em Cabo Verde que, quer no seu modo de funcionamento quer na sua estrutura, se assemelham a empresas, embora sob o ponto de vista jurídico sejam consideradas "Pessoas Colectivas de Direito Público com a natureza de Empresa Pública". E o caso de:

- Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS)
- Banco de Cabo Verde (BCV)
- Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)

Este grupo de entidades constitui a parte do SEE que é habitual designar por Sector Financeiro por oposição a outra componente que se costuma chamar de Sector produtivo.

É de referir ainda os casos especiais de outras entidades que existem em Cabo Verde, que revestem nitidamente a natureza empresarial, embora sob o ponto de vista jurídico não tenham uma clara tipificação jurídica. Referimo-nos à Comissão de Gestão de Transporte Marítimos (CGTM) e Hotel Atlântico do Sal.

Deste modo, temos em síntese a seguinte composição do SEE em Cabo Verde:

- Empresas Públicas não financeiras.....20
- Pessoas colectivas de direito público com a natureza de empresa pública..... 3
- Outras pessoas colectivas equiparadas a empresas públicas..... 2
- Empresas Mistas com maioria de Capital do Estado..... 6

Em anexo apresentam-se listagens das empresas que actualmente integram cada uma das categorias referidas, assim como alguns elementos identificativos sobre cada uma delas.

2. COMO SE CONSTITUIU O SEE EM CABO VERDE

Costumam apontar-se três origens distintas que, na generalidade dos Países, têm dado origem ao aparecimento das Empresas Públicas:

- acto político de nacionalização

Foi o caso em 1975 em Portugal e em 1982 em França, para citar os mais recentes, e em alguns Países da Europa na imediata sequência da 2ª. Guerra Mundial como por exemplo na França e na Áustria.

- Transformação de empresas de serviços públicos já existentes

É uma forma clássica de criação de empresas públicas. Exemplo típico é o caso dos Correios, as Administrações Portuárias, administração de aeroportos, etc.

A passagem deste tipo de serviços para organizações de tipo empresarial dá-se normalmente por razões de maior facilidade da respectiva gestão.

- Criação de raiz sem ligação patrimonial ou funcional a qualquer outra organização anterior, com a finalidade de desenvolver novas actividades consideradas relevantes

Esta forma de criação de empresas teve uma grande aplicação nos anos trinta como forma de combater a grave crise económica ocorrida nessa época. O exemplo mais conhecido é o da Itália, na época de Mussolini, com a criação do IRI, que constitui, ainda hoje um enorme holding estatal. Também em Espanha, após a vitória das forças do General Franco na Guerra Civil, foi constituído o INI (Instituto Nacional de Indústria) com idêntica finalidade de forçar o processo de desenvolvimento económico do País devastado pela guerra.

Em Cabo Verde a quase totalidade das empresas públicas actualmente existentes enquadram-se nas duas últimas situações referidas, pois que poucas foram as nacionalizações efectuadas após a independência do País. Parece-nos que só a "JUSTINO LOPES" teve como origem um conjunto patrimonial nacionalizado. Outro caso de nacionalização foi a MINDAVE cujo património foi integrado na ENAVI.

Como empresas que nasceram da transformação de um serviço público já existente são de referir as seguintes:

- CTT
- TACV
- ENAPOR
- ASA

As restantes empresas foram praticamente criadas de raiz, tendo em alguns casos absorvido patrimónios de outras entidades já existentes a data da sua criação.

A criação e extinção das diversas Eps foi nos seguintes anos:

anos	criação	extinção
1975	2	-
1976	-	-
1977	1	-
1978	3	-
1979	5	-
1980	2	-
1981	3	-
1982	2	-
1983	1	-
1984	-	-
1985	-	-
1986	1	-
1987	2	2
total	22	2

(1) Uma excepção é a MOAVE

3. DIMENSÃO DO SEE

É costume medir o peso económico do SEE face a globalidade da economia nacional através de três indicadores: o Valor Acrescentado Bruto (VAB), o Emprego e a Formação Bruta de Capital Fíxo (FBCF).

Os valores disponíveis para Cabo Verde, e que constam de um estudo efectuado por um grupo de trabalho em Abril de 1985, abrangendo o período de 1981 a 1983 e englobando apenas o SEE não financeiro, são os seguintes:

PESO % NA ECONOMIA

indicador	1981	1982	1983	média
Valor Acrescentado Bruto	22,3	37,1	36,9	32,1
Formação B. Capital Fíxo	26,9	38,7	56,5	40,7
Salários	14,5	21,1	- nd -	-

Da observação do quadro acima verifica-se que o SEE contribuiu em média, naquele período, para o Produto Interno Bruto (PIB) com cerca de 32% e, em termos de investimento participou com cerca de 41% na Formação de Capital Fixo do País.

Quanto ao indicador de emprego, não se dispo de valores para o total da economia, torna-se difícil conhecer o seu peso. De acordo com dados recolhidos em 1983, constatou-se que o volume de emprego nas Empresas Públicas era de cerca de 6.400 trabalhadores.

É possível no entanto avaliar o peso dos salários auferidos pelos trabalhadores do SEE relativamente ao total da massa salarial do País, para o ano de 1982. Verificou-se assim que os salários totais liquidados pelas Eps representaram naquele ano aproximadamente 21% do total.

Face aos valores destes indicadores, podemos concluir que é considerável o peso que o SEE tem em Cabo Verde.

Para uma melhor compreensão da importância relativa do SEE em Cabo Verde comparativamente com outros Países, apresentam-se os valores dos referidos indicadores para alguns Países Europeus e relativos também ao ano de 1982:

O SEE EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS (%)

Países	VAB	EMPREGO	FBCF
Alemanha	10,7	7,8	14,7
Bélgica	31,0	8,0	13,0
França	16,5	14,6	34,3
Itália	25,1	26,8	49,7
Portugal	15,4	5,3	17,5

Fonte: CEEP

Ainda em complemento desta informação comparativa é de referir que, para o ano de 1980, a média do conjunto dos Países da CEE apresentava os seguintes valores daqueles indicadores:

VAB.....	13,2%
Emprego.....	11,9%
FBCF.....	22,5%

Embora se tenha que ser muito prudente nas comparações com os outros Países, em virtude do diferente grau de desenvolvimento das respectivas economias e por os universos empresariais não serem idênticos, os valores apresentados vêm confirmar o elevado peso que em termos comparativos o SEE tem tido em Cabo Verde.

4. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

4.1 Legislação de base

Apenas as empresas públicas que formalmente têm esse estatuto jurídico e que têm a sua actividade regulada por legislação especial. Trata-se do Decreto-Lei nr. 11/78, de 11 de Fevereiro, que aprovou as Bases Gerais das Empresas Públicas (BGEPE).

Este diploma legal estabelece um regime jurídico genérico para todas as Eps, definindo as regras gerais de funcionamento essencialmente em três domínios:

- forma, composição e atribuição dos órgãos de gestão e fiscalização;
- intervenção do governo;
- gestão patrimonial e financeira.

Os Estatutos de cada empresa, aprovados quando da criação das empresas e publicados no B.O. em anexo ao respectivo diploma legal, para além de retomarem estes princípios e regras gerais especificam as condições particulares do modo de funcionamento de cada empresa.

As BGEF encontram-se publicadas há dez anos sem qualquer revisão, a qual a nosso ver se justifica plenamente em diversos domínios. A este propósito é de referir que já foi elaborado um despacho pelo Primeiro Ministro a criar um grupo de trabalho destinado a preparar a sua revisão.

Quanto às Empresas Mistas e as Sociedades de Capitais Públicos são sociedades que se regem pelas regras de direito privado, aplicáveis à generalidade das sociedades. Existem no entanto algumas particularidades que os seus pactos sociais estabelecem e que as diferenciam das vulgares sociedades comerciais, como sejam a nomeação dos administradores por parte do Estado em vez da tradicional escolha por eleição em Assembleia Geral.

4.2 Relações entre o Estado e o SEE

As empresas públicas encontram-se subordinadas às decisões e orientações do Governo através das respectivas entidades de Tutela, nas matérias que as BGEF e os Estatutos de cada empresa fixarem.

O âmbito desta intervenção do Governo na vida das empresas encontra-se fixada no art. 17. das BGEF nos seguintes termos:

"O Governo exerce a tutela sobre as empresas públicas, definindo o quadro no qual a actividade das mesmas se deverá desenvolver, de modo a garantir a sua harmonização com os objectivos da política económica global e sectorial estabelecida, sem prejuízo da autonomia necessária a uma gestão eficiente".

As BGEF prevêem uma dupla forma de tutela: "tutela técnica" que está a cargo do membro do Governo incumbido da respectiva área de actividade da empresa e "tutela financeira", que está a cargo do Ministério das Finanças.

O poder de tutela compreende essencialmente:

- dar directivas e instruções genéricas à direcção da empresa;
- autorizar ou aprovar os actos indicados expressa e taxativamente nos Estatutos, dos quais obrigatoriamente os seguintes:

- a) - Instrumentos de gestão previsional
 - b) - documentos de prestação de contas
 - c) - constituição de reservas e aplicação de resultados
 - d) - os programas de investimento e financiamento
 - e) - política de preços
 - f) - estatuto do pessoal e política salarial
- exigir todas as informações e documentos julgados úteis para seguir a sua actividade;
 - ordenar inspecções e inquéritos ao seu funcionamento, sempre que se mostre necessário ou útil;

As BGEP prevêem que as tutelas devem ouvir previamente o parecer de diversas entidades segundo a natureza das matérias em questão. No caso do Ministério das Finanças tem de ser ouvido nas matérias referidas nas alíneas b), c) e d).

Em listagem anexa apresenta-se a actual distribuição das empresas públicas por entidades de tutela após as últimas alterações na estrutura do Governo.

No que respeita às Empresas Mistas e às Sociedades de Capitais Públicos não existe propriamente uma intervenção de tutela governamental, não detendo os poderes públicos, pelo facto da sua participação no capital social da empresa, direito ao comando exterior das suas actividades. Para supervisionar, orientar, coordenar e fiscalizar a gestão das sociedades em que participam, as entidades do sector público dispõe, regra geral, apenas dos direitos que emanam da sua posição de sócio.

5. SITUAÇÃO ECONÓMICA DAS EPs

5.1 Volume de negócios

O volume de negócios das Eps no período de 1982 a 1986 teve a seguinte evolução (1):

anos	contos	var. % anual
1982	4.059.414	-
1983	5.901.815	+45,4 %
1984	6.982.836	+18,3 %
1985	8.102.306	+16,0 %
1986	8.682.023	+ 7,2 %

Estes números mostram um certo ritmo de crescimento da actividade das empresas públicas no período. A percentagem de crescimento no ano de 1983 em relação ao ano de 1982 é enganadora em virtude de para este ano algumas das empresas contribuírem apenas com valores de parte do ano por terem sido constituídas no decurso desse ano.

É nitidamente estagnação do ritmo de crescimento do volume de negócios das Eps, a qual seria bastante mais evidente se se efectuasse a análise a preços constantes para expurgar o efeito da inflação. Há no entanto que ter presente na interpretação destes valores o efeito da descida do dólar americano a partir do ano de 1985, o que, relativamente às empresas que facturaram vendas para o mercado externo nesta divisa, afectou o seu volume de negócios em termos monetários. Por outro lado o ano de 1986 ficou marcado para a ASA pela quebra das suas receitas em consequência do boicote americano à companhia aérea da África do Sul.

Convém destacar que só a EMPA e a ENACOL movimentaram em 1986 mais de 50% do volume de negócios de todas Eps, cabendo à EMPA mais de um terço da totalidade (cerca de 37%).

A análise do quadro 1 do anexo evidencia para algumas Eps ritmos de crescimento bastante acentuado, como é o caso da ENAVI, dos CTT, da ENAFOR, da SONACOR, a par de uma forte estagnação de outras ou mesmo redução como já foi referido.

(1) Sem incluir as empresas C&MAR e JUSTINO LOPES.-

5.2 Resultados Líquidos

Em termos globais assiste-se nos últimos anos a uma quebra no montante dos resultados globais positivos que as Eps apresentam. Esta situação aparece retratada no quadro 2 do anexo e num dos gráficos elaborados e que consta do mesmo anexo. Vejamos em síntese a sua evolução (1):

anos	contos	var. % anual
1982	218.395	-
1983	296.581	(+) 35,8 %
1984	476.632	(+) 60,7 %
1985	322.686	(-) 32,3 %
1986	99.057	(-) 69,3 %

Para as acentuadas quebras que ocorrem nos anos de 1985 e 1986 são de reter, entre outras possíveis, as seguintes causas:

- redução de receitas da ASA no Sal por causa do boicote americano à SAA;
- elevados custos financeiros e de amortização e reintegração dos equipamentos que os CTT tiveram que suportar a partir de 1986 em virtude dos enormes montantes de investimentos efectuados com o projecto das Telecomunicações;
- elevados prejuízos da EMEC em 1985 e 1986 e da INTERBASE em 1986.

Convém referir que os elevados investimentos que várias empresas têm vindo a realizar, principalmente em infraestruturas, como é o caso dos CTT com o projecto de Telecomunicações, a ENAPOR com o Porto da Praia, a ASA com a remodelação do Aeroporto do Sal, a C&M&R com o Estaleiro de S.Vicente vão inevitavelmente conduzir a um acentuado crescimento dos seus custos de exploração em encargos financeiros e reintegração dos custos de investimento pelo que estão sujeitas a serem deficitárias durante algum tempo. Tal não significa que venham a apresentar sérios problemas de ordem financeira.

(1) Sem considerar a C&M&R e a JUSTINO LOPES

(Em ilustração a este texto seguem-se quinze quadros igualmente apresentados no Seminário pelo Dr. Neves Martins. N.R.)

QUADRO 1 - IDENTIFICACAO DAS EMPRESAS PUBLICAS

nome da empresa	data de criacao	setor	capital estatutario (contos)	sede	atividades principais
1. ENPA	SET. 1965	NTCT	500.000	PRAIA	import., distrib., comercializacao de produtos essenciais
2. ENACOL	DEZ. 1979	NTCT	250.000	MINDELO	comercio de petroleo e seus derivados
3. ASA	DEZ. 1963	NTCT	500.000	SAL	exploracao e desenvolvimento dos servicos aeroportuarios
4. TACV	NOV. 1981	NTCT	150.000	PRAIA	exploracao dos transportes aereos
5. CTT	JULHO 1981	NTCT	150.000	PRAIA	exploracao serv. publico de correios e telecomunicacoes
6. ENAPOB	JULHO 1982	SENH	150.000	MINDELO	administracao e exploracao dos portos
7. ANCA VERDE	ABRIL 1976	SENH	90.000	PRAIA	comercio e industria de transportes maritimos
8. ANV	JULHO 1980	SENH	12.000	MINDELO	venda e agenc. servicos relat. transp.pasnag. e carga
9. ELECTRA	ABRIL 1962	NIE	200.000	MINDELO	producao e distribuicao de agua e electricidade
10. KINPROFAC	JUNHO 1979	NIE	60.000	PRAIA	comerc. e prod. especialid. e prod. quimicas/farmacuticos
11. SOMACOR	DEZ. 1981	NIE	60.000	PRAIA	conserv. e repar. veiculos; import.veic. e accessorios
12. CAHMAR	MARCO 1980	NIE	400.000	MINDELO	construcao de estaleiros repar. e construcao naval
13. HAC	AGOST 1978	NIE	25.000	PRAIA	producao materiais de construcao e construcao civil
14. GRAYE	OUT. 1978	NIE	10.000	MINDELO	reparacao naval, metalomecanica geral e fundico
15. ENAYI	ABRIL 1979	NDPP	22.000	PRAIA	avicultura
16. FAP	MARCO 1979	NDPP	15.000	PRAIA	prod. e comco. de factores e actos prod. agro-pecuarias
17. JUSTINO LOPES	JUNHO 1986	NDPP	100.000	SANTIAGO	prod. indust. e comercializacao prod. agricolas e pecoar
18. INTERBASE (1)	JULHO 1979	SEP	170.000	MINDELO	captura e comco. de pescado; arassen. frigorifica
19. SCAFA (1)	JULHO 1977	SEP	40.000	PRAIA	comerc. pescado pecca artesanal; aprov. apetrechos pecc
20. PESCAVE (2)	MARCO 1987	SEP	172.500	MINDELO	captura de pescado e lagosta
21. INTERBASE (2)	MARCO 1987	SEP	120.000	MINDELO	sequeciao pescado e lagosta e a/distrib. e comercializ
22. ENEC	OUT. 1975	ROP	45.000	PRAIA	construcao civil
total de capital estatutario (3)			3.045.500		

OBSERV.: (1) Estas empresas foram extintas em 1986 e foram criadas as empresas PESCAVE e INTERBASE

(2) Criadas após a extinção das empresas SCAFA e INTERBASE

(3) Excluíndo as empresas extintas SCAFA e INTERBASE

QUADRO 2 - IDENTIFICACAO DAS EMPRESAS LISTAS

nome da empresa	data de criacao	capital social (contos)	participacao Estado		sede	actividades principais
			%	contos		
1. NDAVE	JAN. 1978	25.000	51%	12.750	MINDELO	Monges de trigo
2. NORABETA	MAR. 1978	23.000	28,6%	6.615	MINDELO	Confeccao de vestuario
3. HOTELMAR	JULHO 1978	100.000	51%	51.000	PRAIA	Hoteleiriz (hotel Praasas e Lagoste)
4. SOCIAL	ABRIL 1979	8.000	51%	4.080	MINDELO	Fabrico de calçado
5. CADAVE (1)	MAIO 1980	220.000	87,6%	192.000	MINDELO	[Preparacao agua]
6. FANA	DEZ. 1982	25.000	20%	5.000	MINDELO	Fabrico de massas alimenticias
7. SITA	GOY. 1983	35.000	20%	7.000	PRAIA	Tintas, coizas e vernizes
8. METALAVE (2)	DEZ. 1985	19.600	66%	12.936	MINDELO	Fabrico objectos aluminio, mobiliario metalico
9. CSBIS (3)	DEZ. 1985	180.000	41,1%	74.000	PRAIA	Cerveja e refrigerantes
10. CABETUB (4)	MARCO 1986	5.000	30%	1.500	PRAIA	Agentes de viagens e turismo
11. SODIGAS (5)	JAN. 1987	35.900	30%	10.500	MINDELO	Producao e distribucao de gaz industrial
12. CONCHAVE (6)	FEV. 1987	40.000	50%	20.000	MINDELO	Transporte peritico de produtos petroliferos
13. BACOBILA (7)	JUNHO 1987	17.395	51%	8.873	PRAIA	Transformacao de vidro e fabrico de espelhos

- OBSERVACOES:
- (1) A participacao de capital e da empresa publica CADAR
 - (2) A participacao e do Estado e da empresa publica GRAVI, respectivamente com 45% e 21%
 - (3) A participacao e do Estado e do Instituto de Seguros respectivamente com 30% e 11,1%
 - (4) A participacao e do Estado e da empresa publica ANV respectivamente com 15% e 15%
 - (5) A participacao e da empresa publica ENACOL
 - (6) A participacao e da empresa publica ARCA VESDE
 - (7) A participacao e da empresa publica MAC

FONTE: GAS/MF

ORÇÃO 7 - VOLUME DE NEGÓCIOS (1)

empresas publicas	1982		1983		1984		1985		1986 (2)	
	contas	índice	contas	índice	contas	índice	contas	índice	contas	índice
1. ENFA	11.822.462	72	12.321.651	87	17.582.990	100	12.766.077	109	13.227.921	127
2. ENAPOL	454.289	29	11.287.815	82	11.565.761	100	11.736.612	111	11.481.912	91
3. ASA	423.550	72	515.942	80	567.949	100	600.330	102	565.430	84
4. TACV	289.305	65	378.371	85	442.744	100	490.783	116	874.455	170
5. CTT	122.808	48	141.115	55	287.153	100	297.643	116	486.178	170
6. ENAPOR	63.514	35	105.921	103	179.656	100	713.612	119	327.387	182
7. ARCA VERDE	174.957	75	191.394	82	234.326	100	234.198	100	200.174	85
8. ANV	36.634	75	43.737	91	47.910	100	36.616	116	57.944	121
9. ELECTRA	69.724	31	167.665	73	223.464	100	267.761	120	317.686	143
10. ENPROFAC	56.614	65	112.533	110	191.965	100	162.629	159	167.801	165
11. SONACOR	186	0	11.448	20	59.853	100	96.930	166	197.125	337
12. CABMR	-	-	-	-	211.586	100	-	-	-	-
13. NAC	38.620	62	64.614	104	62.400	100	72.394	117	99.126	159
14. ONAVE	8.119	29	12.785	45	28.316	100	13.090	45	14.959	53
15. ENWI	30.690	60	37.018	72	51.429	100	70.901	137	95.977	187
16. FAP	65.535	46	712.595	79	142.179	100	169.287	119	175.713	124
17. JUSTINO LOPES	-	-	-	-	-	-	-	-	50.100	100
18. INTERBASE (2)	133.429	90	150.598	102	147.635	100	286.074	281	284.041	192
19. SCIPA (2)	43.427	79	60.697	110	55.107	100	61.380	111	50.123	91
20. ENEC	197.051	70	219.836	83	253.278	100	219.591	97	218.994	86
TOTAL	14.059.414	56	15.901.815	82	17.202.422	100	16.102.306	112	16.732.313	121

RESERVAÇÕES: (1) Vendas + Prestação de Serviços
 (2) Estimas em 1987
 (3) dados provisórios
 (4) valores sujeitos a rectificação

GRUPO 4 - RESULTADOS LIQUIDOS (1)

empresas publicas	1982		1983		1984		1985		1986 (2)	
	contos	indice	contos	indice	contos	indice	contos	indice	contos	indice
1. ENPA	58.616	37	98.475	62	160.020	100	142.105	89	170.720	107
2. ENCOL	5.478	16	64.792	192	33.739	100	38.839	115	80.096	237
3. ASA	117.430	46	202.583	80	253.999	100	171.518	68	91.950	36
4. TACV	66.643	-10	7.293	11	64.458	100	8.083	13	8.456	13
5. CTT	15.375	45	14.428	42	34.269	100	22.114	65	(80.851)	-236
6. ENPQR	20.128	31	63.779	98	65.020	100	24.164	37	33.187	51
7. ARCA VERDE	4.024	-11	(49.536)	137	(36.028)	100	(10.537)	29	(29.327)	81
8. AMV	18.369	206	19.609	220	8.910	100	13.759	154	9.116	102
9. ELECTRA	(23.194)	32	(56.894)	75	(73.041)	100	(79.898)	109	(34.456)	47
10. ENPROFAC	19.771	137	10.275	71	14.450	100	18.036	125	4.543	31
11. SODACOR	-	-	-	-	(3.093)	100	(191)	1	(1.735)	56
12. CAMAR	-	-	-	-	(168.313)	100	-66	-	-66	-
13. MAC	1.658	-49	10.047	-297	(3.379)	100	1.693	-50	935	-28
14. UNIVE	(8.526)	163	(14.093)	269	(5.236)	100	(7.672)	147	(10.866)	208
15. ENVI	(1.062)	26	(15.392)	132	(4.098)	100	1.366	-33	1.336	-45
16. FAP	6.693	43	12.530	80	15.619	100	992	6	7.447	48
17. JUSTINO LOPES	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.909)	100
18. INTERBASE (4)	10.016	-67	(33.478)	222	(15.055)	100	23.868	-159	(90.746)	271
19. SCAFA (4)	(28.243)	108	(25.279)	97	(26.061)	100	(16.383)	63	(15.825)	61
20. EMEC	8.505	-108	(24.468)	311	(7.861)	100	(29.822)	379	(95.431)	1214
TOTAL	218.395	71	296.581	96	308.319	100	322.686	105	84.148	27

OBSERV.: (1) Apes provisao p/ impostos s/ lucros
 (2) dados previsionarios
 (3) valores sujeitos a rectificacao
 (4) Extintas em 1987

QUADRO 5 - CASH FLOW BRUTO (1)

empresas publicas	1982		1983		1984		1985		1986 (2)	
	contos	indice	contos	indice	contos	indice	contos	indice	contos	indice
1. ENPA	179.119	53	201.430	60	337.438	100	316.154	94	410.445	122
2. ENACOL	20.295	25	114.200	141	61.086	100	123.008	152	212.376	262
3. ASA	117.430	27	309.495	71	434.709	100	398.825	92	238.414	55
4. TACV	29.713	21	59.499	43	139.068	100	111.494	80	140.341	101
5. CIT	65.558	76	45.838	53	86.537	100	73.373	85	103.496	120
6. ENAPOR	26.930	31	84.081	90	85.769	100	84.265	98	105.343	123
7. ARCA VERDE	44.607	427	(20.248)	-194	10.458	100	36.402	348	21.306	204
8. ANV	24.306	128	26.849	142	18.923	100	24.143	126	17.775	94
9. ELECTRA	721	-141	11.822	-2314	(511)	100	5.980	-1170	47.656	-9365
10. EMPROFAC	23.572	95	22.293	90	24.870	100	30.768	124	18.741	75
11. SONACOR	-	-	-	-	2.312	100	12.812	554	14.213	615
12. CAMAR	-	-	-	-	(15.317)	100	-94	-94	-	-
13. PAC	6.300	-2551	18.379	-7441	(247)	100	8.428	-3412	10.444	-4228
14. ENRVE	(6.659)	-312	(6.554)	-307	2.132	100	(4.448)	-209	(7.965)	-374
15. ENRVI	2.170	164	(1.775)	-134	1.321	100	7.574	573	11.712	887
16. FAP	12.595	36	28.858	87	23.191	100	9.746	29	19.782	60
17. JUSTINO LOPES	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.379)	100
18. INTERBASE (4)	37.972	-971	(20.508)	525	(3.909)	100	69.375	-1775	4.107	-105
19. SCAPA (4)	(23.737)	127	(14.349)	77	(18.687)	100	(9.295)	50	(6.289)	34
20. EREC	11.840	91	5.301	41	12.969	100	(1.233)	-10	(44.976)	-347
TOTAL	572.732	46	865.311	70	1.252.112	100	1.297.412	105	11.310.973	106

OBSERV.: (1) Resultados líquidos (Provisões, Amortizações e reintegrações)
 (2) Bases provisórias
 (3) Valores sujeitos a rectificação
 (4) Extintas em 1987, tendo sido criadas a PESRVE e a INTERBASE

QUADRO 6 - VALOR ACRESCENTADO BRUTO (A)

empresas publicas	1982		1983		1984		1985		1986 (2)	
	contos	índice	contos	índice	contos	índice	contos	índice	contos	índice
1. EMPA	365.077	86	326.505	77	426.439	100	357.154	84	519.034	122
2. ENACOL	48.738	29	182.625	110	165.654	100	208.156	126	343.429	207
3. ASA	-nd-		474.620	106	550.415	100	572.513	104	407.883	74
4. TACV	142.577	52	207.199	76	272.013	100	271.772	100	390.508	144
5. CTT	103.879	61	117.051	69	169.539	100	187.331	110	305.779	180
6. ENSPOR	121.442	71	159.430	93	170.679	100	198.790	113	296.159	174
7. ARCA VERDE	62.762	73	71.897	83	96.040	100	94.603	110	89.929	100
8. ANV	31.607	79	36.996	92	40.115	100	46.497	116	49.222	123
9. ELECTRA	20.567	43	46.520	97	48.064	100	62.323	130	115.300	240
10. ENPROFAC	28.723	67	30.243	70	43.910	100	49.092	114	53.985	126
11. SONACOR	-		3.229		9.609	100	21.333	222	31.447	327
12. CABNAR	-		-		218.010	100	-nd-		-nd-	
13. MIC	18.410	72	36.946	144	25.603	100	33.482	131	41.385	162
14. ONAVE	1.993	13	5.632	36	15.957	100	9.262	59	6.536	41
15. ENAVI	9.718	82	5.091	50	11.842	100	17.981	152	27.181	236
16. FAP	17.092	41	27.560	66	41.777	100	11.024	26	32.325	77
17. JUSTINO LOPES	-		-		-		-		15.111	100
18. INTERBASE (4)	75.543	112	37.259	55	67.366	100	144.882	215	93.441	139
19. SCAPR (4)	1.813	1-1777	7.756	1-7212	110,7	100	6.742	6096	10.301	16079
20. EMEC	117.255	95	106.432	86	124.855	100	163.063	83	62.073	65
TOTAL	1.167.256	47	1.883.780	76	2.484.704	100	2.388.322	96	2.909.508	117

OBSERV.: (1) Equivale ao valor bruto da producao menos os consumos intermedios
 (2) Dados provisorios
 (3) Valores sujeitos a rectificacao
 (4) Extintas em 1987; foram vida criadas a FESCAVE e a INTERBASE

QUADRO B - DESPESAS FINANCEIRAS (1)

empresas publicas	1982		1983		1984		1985		1986 (2)	
	contos	indice	contos	indice	contos	indice	contos	indice	contos	indice
1. EMPA	43	172	30	120	25	100	67	260	137	628
2. ENACOL	23.038	71	30.325	93	32.537	100	63.892	196	70.192	240
3. ASA	-	-	56.213	122	46.012	100	32.523	71	25.923	56
4. TACY	3.940	154	3.184	124	2.561	100	1.904	74	1.185	46
5. CTT	130	143	297	326	91	100	66	73	64.907	171326
6. ENAPOR	57	43	207	154	134	100	404 ⁽³⁾	301	6.911 ⁽⁴⁾	5157
7. ARCA VERDE	434	3	18.334	126	14.574	100	15.550	107	15.547	107
8. ANV	5	14	12	32	37	100	52	141	30	103
9. ELECTRA	1.212	58	411	20	2.075	100	2.801	135	2.874	139
10. EMPROFAC	1.189	42	2.190	77	2.025	100	901	34	2.628	92
11. SONACOR	7	1	234	23	1.005	100	5	0	1	0
12. CABNOR	-	-	-	-	180.714	100	-	-	-	-
13. MAC	27	29	6	6	96	100	25	27	212	226
14. ONAVE	-	-	48	94	51	100	141	276	109	214
15. ENAVI	822	60	829	60	1.374	100	1.360	100	1.129	86
16. FAP	1.440	376	1.086	284	383	100	908	237	642 ⁽³⁾	168
17. JUSTINO LOPES	-	-	-	-	-	-	-	-	44	100
18. INTERAGE (4)	4.983	71	8.733	128	6.587	100	8.439	121	9.210	138
19. SCAFA (4)	1.565	29	4.980	93	5.329	100	6.502	122	6.106	112
20. ENEC	-	0	56	71	87	100	1.054	126	1.556	186
TOTAL	38.892	13	127.915	43	297.675	100	136.694	46	219.530	74

OBSERV.: (1) Refere-se fundamentalmente a juros de empréstimos
 (2) dados provisórios
 (3) Valores sujeitos a rectificação
 (4) Extintas em 1987, tendo sido criadas a PESCAVE e a INTERAGE

Quadro 9 - Estrutura Patrimonial em 31/12/98 (1)

Depress publicas	Activo circulante:semobilizavel		ACTIVO LÍQUIDO		Passivo c/ prazo		Passivo M/Prazo:Passivos Provisórios					
	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%				
1. EPRE	11.792.214	69,5	785.810	30,5	2.278.134	100	111.262.262	48,0	577.283	20,8	777.609	30,2
2. ENECUL	716.051	69,2	487.912	24,8	1.404.033	100	945.901	67,3	113.251	8,1	345.271	24,6
3. BBA	592.898	31,6	1.132.227	66,4	1.714.985	100	172.966	10,0	739.079	42,6	822.160	47,4
4. TACV	567.092	35,6	182.816	24,4	748.978	100	314.497	42,0	3.285	0,5	431.921	37,6
5. CTT	412.957	22,9	11.393.666	77,1	1.804.033	100	321.305	17,8	1.131.553	62,7	253.163	19,6
6. EAPROR (2)	265.335	23,6	770.291	74,4	1.035.746	100	89.643	8,5	184.991	17,9	762.352	73,6
7. BACIA VERDE	128.550	38,9	188.953	41,1	308.505	100	188.605	60,1	113.185	37,2	8.215	2,7
8. AMV	158.271	83,6	31.049	16,4	189.340	100	167.217	88,6	4.064	2,1	78.079	41,2
9. ELECTRA	233.202	20,7	893.002	79,3	1.126.204	100	271.252	24,1	135.718	12,1	218.218	19,9
10. EMPRETCAC	143.398	82,7	29.874	17,3	173.172	100	93.464	54,0	1.390	0,8	78.318	45,2
11. SONACOR	159.321	56,2	124.100	43,8	283.421	100	88.824	31,4	-	-	194.597	68,6
12. CHARRA (4)	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	
13. MAC	68.026	70,5	27.133	29,5	95.179	100	43.708	45,6	4.500	4,7	41.571	43,5
14. OMAVE	49.159	70,7	19.286	29,3	62.445	100	37.544	60,1	13.854	22,2	11.047	17,7
15. ENVAI	48.202	43,1	63.682	56,9	111.884	100	60.317	54,0	6.299	5,6	83.289	74,4
16. FAP (2)	168.098	91,5	14.278	8,1	182.376	100	119.243	65,4	3.493	2,0	50.822	28,2
17. JUSTINO LOPEZ	37.843	34,0	63.682	66,0	99.493	100	5.812	5,8	-	-	50.822	51,2
18. INTERBANC	497.859	52,9	444.132	47,1	942.127	100	321.581	34,1	352.452	37,5	267.133	28,4
19. SUDPA	120.748	89,7	15.034	10,3	145.779	100	159.912	113,5	-	-	151.183	135,1
20. ENIE	182.029	69,7	79.187	30,3	261.212	100	355.270	136,0	-	-	194.019	158,0
TOTAL	16.350.273	49,1	16.350.272	50,9	33.700.545	100	114.979.231	37,4	3.336.109	28,2	4.986.204	37,3

Observ: (1) Valores provisionais

(2) Valores sujeitos a rectificación

(3) Rates de aplicacao dos resultados

(4) valores nao disponibilis

GRANDE 10 - PARCELA DOS RESULTADOS DAS EPs DESTINADA AO TESOURO
(PERÍODO DE 1983 A 1986)

empresas publicas	1983	1984	1985	1986	TOTAL	OBSERV.
	contos	contos	contos	contos	contos	
1. ENFA	-	101.810	113.684	112.720	328.214	(1)
2. ENAOX	37.792	10.000	6.563	58.090	112.453	
3. ASA	150.000	175.000	66.016	17.950	408.966	
4. TRCV	-	-	22.100	-	22.100	(2)
5. CTT	-	-	20.621	-	20.621	(2)
6. ENAFOR	24.379	(3)	(2)	(3)	24.379	
7. ARCA VERDE	-	-	-	-	-	
8. AVV	30.382	-	17.489	7.016	54.887	
9. ELECTRA	-	-	-	-	-	
10. EMPROFAC	9.406	8.000	7.214	1.817	26.442	
11. SEMVOS	-	-	-	-	-	
12. CADVAR	-	-	-	-	-	
13. MAC	8.187	-	-	-	8.187	
14. ENAVE	-	-	-	-	-	
15. ENOJI	-	-	-	-	-	
16. FAF	2.506	4.635	-	-	7.141	
17. JUSTINO LÓPEZ	-	-	-	-	-	
18. INTERBASE	-	-	-	-	-	
19. SOFA	-	-	-	-	-	
20. EREC	-	-	-	-	-	
TOTAL	261.612	299.589	253.669	197.601	1.012.382	

OBSERV.1 (1) O valor de 1984 refere-se ao período de 1979 a 1984

(2) Refere-se ao período de 1983 a 1985

(3) Ainda não decididos

QUADRO 11 - RELAÇÃO ENTRE AS DESPESAS FOMENTADAS
E O VOLUME DE NEGÓCIOS (1)

empresas públicas	1982	1983	1984	1985	1986
1. ENPA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2. ENROD	5,1	2,4	2,1	3,7	5,5
3. ASA	0,0	10,9	7,8	5,3	5,1
4. TACY	1,4	0,8	0,4	0,3	0,1
5. CTT	0,1	0,2	0,0	0,0	14,9
6. ENAPOR	0,1	0,1	0,1	0,2	2,1
7. ARCA VERDE	0,2	9,4	4,2	6,4	7,8
8. ANV	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
9. ELECTRA	1,7	0,3	0,9	1,0	0,9
10. ENPROFAC	1,4	1,9	2,8	0,6	1,6
11. SONICOR	3,0	2,0	1,7	0,0	0,0
12. CARNAR	-	-	02,3	-06-	-06-
13. INAC	0,1	0,0	0,2	0,0	0,2
14. ONAVE	0,0	0,4	0,2	1,0	0,7
15. ENAVI	2,7	2,2	2,7	2,0	1,2
16. FAP	2,2	1,0	0,3	0,5	0,4
17. JUSTINO LOPES	-	-	-	-	0,1
18. INTERBASE	3,7	5,9	4,7	2,4	3,3
19. SCAFI	3,6	8,2	9,7	10,4	14,2
20. ENEC	0,0	0,3	0,3	0,5	0,7
TOTAL	1,0	2,2	4,1	4,6	5,1

FONTE: GAE/MF

ANEXO 12 - PARTE DAS DESPESAS COM PESSOAL NO VBS (1)

empresas publicas	1982	1983	1984	1985	1986
1. ENPA	30,8	46,3	43,0	56,4	44,5
2. ENACOL	22,1	9,1	17,4	18,2	13,2
3. ASA	-	9,3	16,4	18,0	29,0
4. TACY	65,8	56,9	52,2	57,4	49,7
5. CTT	57,3	69,0	58,6	59,6	46,6
6. ENAPOR	47,3	53,1	60,9	58,5	61,9
7. ARCA VERDE	46,1	52,7	51,3	47,7	56,6
8. RNV	46,5	46,5	52,7	55,4	63,6
9. ELECTRA	93,6	89,9	102,4	84,8	88,6
10. EMPROYAC	27,2	37,5	34,8	36,7	45,5
11. SONACOR	-	110,9	63,2	43,6	48,9
12. CARMAR	-	-	0,5	nd	nd
13. PAC	67,3	56,4	100,6	80,0	74,4
14. ONAVE	468,0	237,6	89,6	156,7	219,5
15. ENRVI	56,7	114,4	69,3	48,9	50,1
16. FAP	22,0	16,2	14,4	72,5	39,8
17. JUSTINO LOPES	-	-	-	-	158,4
18. INTERPAGE (4)	6,0	106,1	70,6	43,6	67,7
19. SCAPS (4)	726,7	178,6	(11.071,6)	115,6	93,3
20. EMEC	82,7	97,3	87,3	104,0	170,0
TOTAL	52,9	42,2	40,5	46,6	48,2

QUADRO 13 - VOLUME DE NEGOCIOS (1)

empresas mistas	1982		1983		1984		1985		1986 (3)	
	contos	índice	contos	índice	contos	índice	contos	índice	contos	índice
1. NDAVE	134.366	63	177.232	81	213.192	100	339.814	112	256.139	120
2. NDARREZA	42.168	90	49.974	106	46.960	100	176.908	377	52.455	112
3. HOTELMAR	56.052	70	66.548	80	83.392	100	90.097	118	97.021	116
4. SOCIAL	17.204	52	25.991	79	32.991	100	32.225	98	30.904	94
5. CABRIVE	-	-	87.967	90	97.334	100	191.928	197	201.079	207
6. FARA	-	-	-	-	-	-	18.322	100	27.309	149
7. SITA	-	-	-	-	1.767	100	40.358	2284	71.414	4042
8. METALCAVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9. CERIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10. CABETUR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11. SOBIGAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12. CONCRIVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13. MACSOBILE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	251.790	55	402.713	81	473.636	100	796.362	168	736.461	155

OBSERVAÇÕES: (1) Vendas + Prestação de Serviços

QUADRO 14 - RESULTADOS LÍQUIDOS E AFOS PROVISÓRIOS (IMPOSTOS)

empresas mistas	1982		1983		1984		1985		1986	
	contos	índice	contos	índice	contos	índice	contos	índice	contos	índice
1. MOVAE	9.971	72	13.982	101	17.024	100	16.271	118	15.318	111
2. MORBEZA	2.224	66	3.246	96	3.391	100	17.073	503	3.198	94
3. HOTELMAR	352	-1	(32.694)	95	(34.407)	100	(8.938)	76	(20.307)	97
4. SOCIAL	(1.430)	-55	(753)	-27	2.601	100	93	4	485	19
5. CABNAVE	-	-	(14.466)	15	(98.005)	100	(51.047)	52	(20.147)	20
6. FAMA	-	-	-	-	-	-	(1.177)	100	1.931	164
7. SITA	-	-	-	-	-	-	3.767	100	4.220	126
8. METALCAVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9. ZERIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10. CABETUR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11. SODIGAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12. COMNAVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13. MACROBILE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11.117	-10	(36.575)	27	(117.384)	100	(24.358)	21	(15.774)	17

OBSERVAÇÕES:

FONTE: GRE/ME

QUADRO 15 - CASH FLOW BRUTO (1)

empresas listadas	1982		1983		1984		1985		1986	
	contos	índice	contos	índice	contos	índice	contos	índice	contos	índice
1. MOAVE	17.165	69	24.991	100	24.925	100	29.651	119	29.135	117
2. MORABEZA	8.812	54	13.645	84	16.191	100	28.863	178	8.005	49
3. HOTELMAR	15.939	-100	(12.824)	81	(15.871)	100	15.021	-95	2.951	-18
4. SOCIAL	2.538	35	3.051	42	7.276	100	2.496	34	3.212	44
5. CABNAVE	-		(7.703)	9	(82.385)	100	46.901	-57	19.119	-23
6. FAMA	-		-		-		4.502	100	7.648	170
7. SITA	-		-		219		13.925	100	16.235	117
8. METALCAVE	-		-		-		-		-	
9. CERIS	-		-		-		-		-	
10. CABETUR	-		-		-		-		-	
11. SODIBAS	-		-		-		-		-	
12. CONCHAVE	-		-		-		-		-	
13. MACSIBILE	-		-		-		-		-	
TOTAL	44.458	-89	21.160	-42	(49.854)	100	141.769	-204	86.205	-173

OBSERVAÇÕES: (1) RESULTADOS ANTES IMPOSTOS + PROVISÕES + AMORT. E DEPRECIACÕES

FONTE: BAE/MF